Crise capitalista, Destruição e Guerra: A resenha crítica “Teorias do Fascismo Alemão”, de Walter Benjamin

Rafael Vieira¹

Resumo: Já podem ser identificados na obra de Walter Benjamin certos comentários diretos e indiretos sobre o fascismo em alguns fragmentos, passagens e cartas que datam de meados dos anos 1920. Entretanto, a resenha de 1930 intitulada “Teorias do fascismo alemão” lida mais profundamente com o fenômeno, e é escrita e publicada pouco tempo após a vitória do partido nazista nas eleições parlamentares da Turíngia em 8 de dezembro de 1929. Este trabalho procura discutir ao menos dois aspectos desta resenha: 1) a relação estabelecida entre forças destrutivas, crise e guerra; 2) o debate sobre as transformações do Estado presente no texto.

Palavras-Chave: Crise; Guerra; Fascismo; Capitalismo; Walter Benjamin

Abstract: Certain direct and indirect comments on fascism can already be identified in Walter Benjamin’s work (in some fragments, passages and correspondence) at least from the mid 1920s. However, the 1930 review entitled “Theories of German Fascism” deals more deeply with the phenomenon, and was written and published shortly after the victory of the Nazi party in the thuringian parliamentary elections of December 1929. This paper seeks to discuss at least two aspects of this review: 1) the relationship established between destructive forces, crisis and war; 2) the debate on the transformations of the state present in this text.

Keywords: Crisis; War; Fascism; Capitalism; Walter Benjamin

1. Introdução

Em 1930 vêm a público a resenha crítica de Walter Benjamin intitulada “Teorias do Fascismo Alemão: Sobre a coletânea ‘Guerra e Guerreiros’, editada por Ernst Jünger”. O texto é publicado na Revista “A Sociedade: Revista Internacional para o Socialismo e a Política”², principal veículo teórico da social-democracia alemã depois de 1924³, editada sob a responsabilidade do dirigente e intelectual social-democrata Rudolf Hilferding. O texto é um balanço teórico mais denso por parte de Benjamin sobre o

¹ Professor da Escola de Serviço Social da UFRJ e do PPGSS-UFRJ. Membro do NIEP-Marx e do GEMPS-UFRJ. Email: r.vieira@ess.ufrj.br

² BENJAMIN, Walter. ‘Theorien des Deutschen Faschismus: Zu Samellschrift ‘Krieg und Krieger’. Herausgegeben von Ernst Jünger’, *Die Gesellschaft: Internationale Revue für Sozialismus und Politik*, 7 (1930), Bd 2, s. 32-41. A publicação original está disponível na Biblioteca Digital da Fundação Friedrich Ebert, ligada ao Partido Social Democrata alemão: <https://library.fes.de/gesellschaft/ges-1930.html>. O texto será citado a partir de sua tradução ao português de Willi Bolle e Ilka Roth. Será feita também a indicação, assim como as demais referências à obra de Benjamin, aos *Gesammelte Schriften* (GS) ou a coletânea de correspondências presente em *Briefe* (Br.), junto a seu respectivo volume.

³ Para algumas informações a respeito da Revista, consultar: (INSELMANN, 1964, p. 321-334).

fascismo alemão. Entretanto, esta resenha crítica não é o primeiro texto de Walter Benjamin que lida com o fascismo europeu em geral e alemão em particular.

Embora a frequência com que tratava do tema possa ser colocada em questão, nem por isso o problema deixou de ocupá-lo. Desde o seu período em Capri, quando presenciou a visita de Mussolini à Ilha, e com a explicitação dos “momentos atuais e políticos” (Br I, p. 368) de seus escritos, perceptíveis a partir de 1925, o problema passa a ocupá-lo com cada vez mais frequência, ainda que por vezes de maneira indireta e como parte de um diagnóstico de época. Um destes esforços de reflexão se dá no curto texto “As armas do amanhã”, onde procura questionar a projeção idealizada de mundo do futurismo italiano, movimento artístico em que seus principais expoentes aderem ou tem relações próximas com o fascismo, e cuja estética era marcada pela exaltação da virilidade masculina associada ao culto às armas, à técnica e à guerra. Benjamin contrapõe à imagem projetada pelos futuristas a um mundo arrastado ao colapso por uma guerra de proporções inauditas (BENJAMIN, 2013 [1925], p. 69-72; GS IV, p. 473-476). Também em alguns aforismos de “Rua de Mão Única”, como “Alarme de Incêndio” (BENJAMIN, 2023 [1924-28], p. 75-76; GS IV, p. 122), pode ser notada a percepção de uma guerra iminente que poderia levar a humanidade a uma catástrofe, o que faz com que dialogue e retome em outros textos uma passagem do “Manifesto do Partido Comunista” em que Marx e Engels tratam do conceito de barbárie. Mas é na resenha crítica de 1930 que esse esforço de teorização ganha mais consistência.

A escolha do veículo de publicação do texto não parece ter sido fortuita. Benjamin era colaborador regular desde meados dos anos 1920 do caderno cultural do *Jornal de Frankfurt* e da *Revista Mundo Literário* (WITTE, 2017, p. 75-76; BRODERSEN, 1997, 159-161), dois importantes veículos culturais da Alemanha da época com perfil democrático e de esquerda. Neles se deram a publicação da maioria de suas resenhas durante o período. Mesmo antes de tornar-se marxista em 1924, o autor já havia levantado críticas à social-democracia alemã (BENJAMIN, 1986 [1921], p. 160-175; GS II, p.179-203), sobretudo pelo seu papel no sufocamento da Revolução Alemã. Apesar das duras críticas desde os anos da Revolução, pareceu-lhe apropriado publicar este texto neste veículo, possivelmente em razão do perfil mais politizado de seu público e como uma espécie de sinal de alerta – ou, mais propriamente, um “Alarme de Incêndio”.

O título do artigo procura chamar a atenção de quem o lê, e é redigido pouco tempo depois das eleições de dezembro de 1929, quando o partido nazista foi vitorioso na Turíngia e teve votação expressiva em outras regiões da Alemanha. Sua publicação se

dá em meio aos efeitos devastadores do desemprego no país. Como Benjamin irá se recordar no ano seguinte, um dos focos de atuação do fascismo alemão se dava justamente sobre os desempregados (Br II, p. 537), procurando mobilizar seu desespero para uma solução reacionária em meio ao fracasso sucessivo das políticas econômicas comandadas a época por Brüning e Hindenburg (KOLB, 2004, 118-122; ROSENHAFT, 2008, p. 5).

Benjamin indica que, embora o livro que é objeto de sua resenha não tenha um padrão doutrinário único, o que é crucial é entender como se expressa através dele um “misticismo perverso” (BENJAMIN, 1986, p. 130; GS III, p. 239) da violência que culmina na guerra, além de um “pensamento masculinista” (GS III, p. 239) que o estrutura. De acordo com Hillach, “com este título, Benjamin captura não apenas o conteúdo teórico das contribuições individuais, mas também o papel fundamental que a experiência de guerra e sua subsequente transformação em mito pela ideologia fascista alemã dos anos 1920” (HILLACH, 1979, p. 99).

Embora relativamente curto, o texto condensa problemas complexos que reaparecerão ou serão aprofundados em alguns escritos posteriores dos anos 1930, quando sua teorização sobre o fascismo ganhará maior consistência. Este trabalho dará ênfase principalmente a dois aspectos desta resenha: 1) à relação entre forças destrutivas, crise e guerra; 2) ao debate sobre as transformações do Estado presente no texto⁴.

2. Crise capitalista, destruição e guerra

A resenha de Walter Benjamin é marcada pelo esforço de oferecer um contraponto filosófico e político a Ernst Jünger em passagens decisivas, tornando necessário reproduzir em partes o argumento do militar alemão que ficaria conhecido nos anos pós-guerra por seus escritos que tem como referência a própria guerra. Segundo Jünger, a Primeira Guerra Mundial inauguraria uma nova era na história da humanidade. Esta seria a era da “mobilização total”, que se diferenciaria das anteriores de mobilização parcial ou geral, por deslocar para a guerra o conjunto da sociedade. Isso se daria pela mobilização de inauditos contingentes das massas populares, diferenciando-se de períodos anteriores em que a guerra tinha um componente aristocrático ou era comandada por castas guerreiras que incidiam sobre algumas centenas de milhares de pessoas alistadas. A era da mobilização total seria uma era em que a população como um todo, a produção

⁴ Tratei de outros aspectos relativos a esta resenha em: (VIEIRA, 2017, p. 8-11).

econômica, as instâncias políticas e a vida cultural eram deslocadas para a vivência da guerra (JÜNGER, 2002 [1930], p. 195-197). Vale perceber o movimento teórico realizado por Jünger. Este torna-se conhecido pela interpretação de sua vivência na guerra com “Tempestades de Aço” (JÜNGER, 2024 [1920]), um livro que articula uma espécie de diário de guerra ao reconhecimento da dureza e fascínio que a guerra exerce sobre ele, culminando em diversos momentos de forte carga idealizadora da guerra de trincheiras. Poucos anos depois, em 1922, publica “O combate como vivência interior” [*Der Kampf als inneres Erlebnis*]⁵, visto por ele mesmo como uma continuação de “Tempestades de Aço”. De acordo com o prefácio da segunda edição de “O combate como vivência interior”, se seu primeiro livro tinha como foco os “acontecimentos puros e simples”, este segundo livro daria ênfase ao vivido pelo soldado no fronte de combate. Esta vivência subjetiva retratada por ele ao longo do livro é vista como transformadora, e graças ela “é

⁵ É possível que a conhecida diferenciação feita por Walter Benjamin entre *Erlebnis* (vivência) e *Erfahrung* (experiência), presente em “Experiência e Pobreza” de 1933 e depois em “O narrador” de 1936, guarde relação a partir dos anos 1930, ao menos em partes, com uma crítica a Jünger - que além de transpor a noção de vivência ao título do livro de 1922, já a mobilizava em “Tempestades de Aço”, por exemplo, quando menciona que diante da “sombra da morte” era produzida uma condição em que “tão profundamente agia a vivência no solo escuro da consciência” (JÜNGER, 2024 [1920], p. 12). No conhecido segundo parágrafo de “Experiência e Pobreza” e “O narrador”, que contém pequenas modificações entre as versões (citada aqui na versão de 1933 na tradução de Rouanet), Benjamin afirma que: “Está claro que as ações da experiência [*Erfahrung*] estão em baixa, e isso numa geração que entre 1914 e 1918 viveu uma das mais terríveis experiências da história. Talvez isto não seja tão estranho quanto parece. Na época, já se podia notar que os combatentes tinham voltado silenciosos do campo de batalha. Mais pobres em experiências comunicáveis, e não mais ricos. Os livros de guerra que inundaram o mercado literário nos dez anos seguintes não continham experiências transmissíveis de boca em boca. Não, o fenômeno não é estranho. Porque nunca houve experiências mais radicalmente desmoralizadoras que a experiência estratégica pela guerra de trincheiras, a experiência econômica pela inflação, a experiência do corpo pela fome, a experiência moral pelos governantes. Uma geração que ainda fora à escola num bonde puxado por cavalos viu-se abandonada, sem teto, numa paisagem diferente de tudo, exceto nas nuvens, e em cujo centro, num campo de forças de correntes e explosões destruidoras, estava o frágil e minúsculo corpo humano” (BENJAMIN, 1994 [1933], p.114-115; GS II, p. 214). É feita referência aqui explicitamente justamente à literatura de guerra, da qual Jünger era um de seus principais expoentes (GAY, 1978, p. 79; ELIAS, 2007, p. 190-195). No último parágrafo da resenha de 1930, é citada criticamente uma “vivência primordial” [*Urerlebnis*], entre aspas. Segundo Benjamin, para que possa ser possível aspirar a algum futuro, seria preciso “dirigir todas as luzes da razão e da palavra sobre a tal ‘vivência primordial’, de cuja surda escuridão surge a mística da morte do mundo, rastejando com suas mil patas conceituais repugnantes” (BENJAMIN, 1986[1930], p. 137; GS III, p. 249). O termo “vivência primordial” não aparece no texto principal de Jünger na coletânea de 1930 – não foi possível consultar a edição original da coletânea para saber se a referência ao termo estava em outro artigo. Só que Jünger, em franca oposição conservadora ao Iluminismo e ao materialismo, afirma em seu artigo que: “nós temos que nos esforçar em saber por que, a despeito de tudo isso, permaneceu intacto o material elementar, a força primordial [*Urkraft*] do povo. Vemos com admiração como, no começo dessa cruzada da razão, à qual foram conclamados os povos do mundo sob o encanto de uma dogmática tão clara, tão lógica, a juventude alemã levanta o clamor pelas armas – juventude tão ardente, tão entusiasmada, tão desejosa da morte, como dificilmente houve outra em nossa história” (JÜNGER, 2002 [1930], p. 206-207; JÜNGER, 1960, p. 139; tradução modificada). Para a distinção entre as noções de experiência e vivência na obra de Benjamin, remeto à reflexão proposta em: (GAGNEBIN, 1994, p. 8-16).

formada aquela forma especial de caráter capaz de exercitar uma influência enorme sobre os futuros desenvolvimentos da nossa cultura” (JÜNGER, 2014, p. 10). Em “A mobilização total” o autor parece querer transpor estas vivências a nível de uma reflexão sobre uma era.

Jünger entende que a mobilização parcial corresponderia à essência da monarquia (JÜNGER, 2002 [1930]; p. 194), a geral seria aquela demandada em períodos excepcionais que exigiriam maior recrutamento, mas com o crescimento populacional, a urbanização e a presença de massas na cena política em um período de democracias mais amplas, emergiria um período marcado pela mobilização total em que a guerra deixa de ser uma obrigação apenas de um setor da sociedade. Para Jünger, as tarefas mais triviais do cotidiano passam a ter um imediato significado bélico, impactando e mobilizando da “dona-de-casa junto à sua máquina de costura” “até a criança de berço” (JÜNGER, 2002 [1930]; p. 195 e 198).

O autor rejeita explicitamente ao longo do texto o materialismo histórico, buscando a explicação deste fenômeno em uma pretensa “camada elementar [*elementaren Schicht*]⁶, daquela mistura de paixões selvagens e sublimes que mora na intimidade do homem e que, em todos os tempos, o predispôs ao apelo guerreiro” (JÜNGER, 2002 [1930], p. 199; JÜNGER, 1960, p. 133). Por isso que, segundo ele, “a mobilização total é consumada por ela mesma muito mais do que por nós; ela é, na guerra e na paz, a expressão da reivindicação misteriosa e compulsória à qual nos submete essa vida da época das massas e das máquinas” (p. 198). Essa é uma das razões pelas quais são tão frequentes no texto metáforas geológicas e fundamentalmente vulcânicas para tratar do que seria a irrupção de uma “camada elementar” do ser humano que se manifesta sobretudo na guerra. A suposta existência desta “camada elementar” é o que está na origem de uma afirmação de Jünger que causa repugnância a Benjamin (levando-o a transcrevê-la no texto (GS III, p. 239)): “desempenha um papel marginal saber o século em que, saber as ideias pelas quais e saber as armas com que se combate” (JÜNGER, 2002 [1930], p. 190). Seria secundário saber estas questões, para Jünger, uma vez que residiria nesta “camada elementar” o fundamento essencial da guerra, daquela, e, em última instância, de todas.

⁶ Como realça o tradutor para o português de “A mobilização total”, o substantivo alemão *Schicht*, que geralmente significa “camada” ou “estrato”, é utilizado tanto em contextos sociológicos como geológicos, e estes sentidos estão entrelaçados em algumas passagens deste texto de Jünger.

Segundo Benjamin, o tipo de ideologia guerreira exaltada por Jünger e seus colaboradores estaria ultrapassada pelo próprio desenvolvimento das forças produtivas mobilizadas pelo armamentismo europeu (BENJAMIN, 1986 [1930], p. 131; GS III p; 239). Jünger parte sobretudo de sua vivência na guerra de trincheiras, um formato que havia deixado de ser preponderante se acompanhada com atenção o desenvolvimento da indústria bélica e química. Benjamin retoma quase expressamente o curto texto de 1925 sobre “As armas do amanhã”, para tratar da guerra de gases e das batalhas aéreas nos conflitos vindouros, que faria com que a guerra de trincheira não fosse mais o paradigma dominante, e, além disso, colocaria por terra até mesmo a distinção entre população civil e combatente presente no direito internacional (BENJAMIN, 2013 [1925], p. 71; GS IV, p. 475)

É importante notar a inversão que Benjamin propõe de determinados conceitos de Jünger. Segundo Benjamin, a guerra “prova que a realidade social não estava madura para fazer da técnica seu órgão, e que a técnica não estava suficientemente forte para dominar as forças elementares [*Elementarkräfte*] da sociedade” (BENJAMIN, 1986 [1930], p. 130; GS III, p. 238). São promovidos pelo menos dois deslocamentos conceituais nesta passagem. É abandonada a concepção pré-social de personalidade de Jünger para deslocá-la para um terreno propriamente social e histórico. A generalização da guerra não é fruto de uma camada elementar originária e inerente ao ser humano que se manifesta na história, mas resultado das relações sociais em uma sociedade específica e um tempo histórico específico (a sociedade burguesa na era imperialista, como nomeará nas passagens subsequentes). E, em segundo lugar, à ideia de uma “camada elementar”, Benjamin contrapõe o que chama de “forças elementares”, realçando seu caráter social, político e histórico. Para além das inversões conceituais proposta, o mais fundamental aqui é apreender que Benjamin procura chamar a atenção para as forças de destruição e de guerra presentes na sociedade burguesa que impedem a expectativa de um uso emancipatório da técnica.

Como ficará explícito na parte final do ensaio sobre “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica” (BENJAMIN, 2012, 117-123; GS VII, p. 382-384), ao tratar da relação entre a técnica e uma sociedade que não estava madura para o seu uso, Walter Benjamin retoma uma passagem importante de Marx e Engels sobre as crises, exposta no “Manifesto do Partido Comunista”. Esta dialética corresponde ao que Marx e Engels trataram como a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção. A longa

transcrição desta passagem nos parece essencial para tratar do argumento desenvolvido por Benjamin (e inclusive das suas metáforas):

“As relações burguesas de produção e de circulação, as relações burguesas de propriedade, a moderna sociedade burguesa, que fez aparecer meios de produção e de circulação tão poderosos, assemelha-se ao feiticeiro que já não consegue mais dominar os poderes subterrâneos que invocou. Há decênios a história da indústria e do comércio vem sendo apenas a história da revolta das modernas forças produtivas contra as modernas relações de produção, contra as relações de propriedade que constituem as condições vitais da burguesia e da sua dominação. Basta mencionar as crises comerciais que, em sua recorrência periódica, questionam de maneira cada vez mais ameaçadora a existência de toda a sociedade burguesa. Nas crises comerciais extermina-se regularmente não apenas uma grande parte dos produtos fabricados, mas também das forças produtivas já criadas. Deflagra-se nas crises uma epidemia social que a todas as épocas anteriores apareceria como contra-senso: a epidemia da superprodução. A sociedade encontra-se remetida subitamente a um estado de momentânea barbárie; uma epidemia de fome, uma guerra geral de extermínio parece ter-lhe cortado todo suprimento de alimentos; a indústria, o comércio parecem aniquilados, e por quê? Porque a sociedade possui demasiada civilização, demasiados suprimentos de alimentos, demasiada indústria, demasiado comércio. As forças produtivas que estão à sua disposição já não servem mais ao fomento das relações de propriedade burguesas; ao contrário, elas se tornaram por demais poderosas para essas relações, são tolhidas por elas; e tão logo superam esse obstáculo, levam toda a sociedade burguesa à desordem, põem em perigo a existência da propriedade burguesa. As relações burguesas tornaram-se demasiado estreitas para abarcar a riqueza gerada por elas. Através de que meios a burguesia supera as crises? Por um lado, pelo extermínio forçado de grande parte das forças produtivas; por outro lado, pela conquista de novos mercados e da exploração mais metódica dos antigos mercados. Como isso acontece então? Pelo fato de que a burguesia prepara crises cada vez mais amplas e poderosas, e reduz os meios de preveni-las” (MARX & ENGELS, 1998, p. 13-14).

É por isso que Benjamin trata ainda no primeiro parágrafo do texto que “toda guerra futura é ao mesmo tempo uma insurreição de escravos por parte da técnica” (BENJAMIN, 1986 [1930], p. 130; GS III, p. 238). O que lhe interessa no texto é o movimento pelo qual, nas sociedades de capitalismo avançado em uma era de crise, as forças produtivas podem se transformar em forças destrutivas⁷, tendencialmente culminando na experiência de uma guerra generalizada como potencialidade desta forma

⁷ O problema também aparece, na obra de Marx e Engels, em “A ideologia alemã” ao afirmarem que: “Essas forças produtivas, sob o regime da propriedade privada, obtém apenas um desenvolvimento unilateral, convertem-se para a maioria em forças destrutivas e uma grande quantidade dessas forças não consegue alcançar a menor utilização na propriedade privada” (MARX & ENGELS, 2007, p. 60; cf também p. 41).

social. Diante de uma crise de ampla magnitude, os capitais sobreacumulados procuram incessantemente formas de realização. Aceleram-se os desejos entre as classes dominantes de novos espaços e relações para o escoamento de capitais procurando valorização, em um movimento que intensificam e levam ao limite as disputas imperialistas (dentro e fora dos países centrais).

Em um argumento que será melhor desenvolvido no ensaio sobre “A obra de arte...”⁸, as forças produtivas sob estas relações de produção e propriedade produzem seu reverso, havendo uma imbricada dialética entre produção e destruição nesta forma social. A lógica do valor de troca e da própria forma-valor pressiona o valor de uso das mercadorias, e em momentos de crise e de guerra, algumas irracionalidades do sistema (na verdade, frutos de uma racionalidade específica) vem à tona. A destruição em processo de territórios, espaços e mesmo de objetos que podem real ou potencialmente satisfazerem necessidades humanas torna-se um recurso possível, para encontrar novos espaços de escoamento e eliminar o que é considerado obsoleto ou gerar demandas de reconstrução do que foi destruído. Neste movimento, torna-se ainda mais nítido que sob o capitalismo as mercadorias são produzidas para satisfazerem necessidades somente na medida em que seu valor de troca se efetive, e com isso o valor se valorize. Isso não descola o valor de troca de seu valor de uso, algo irreal e que levaria à eliminação da dialética própria do valor. Do ponto de vista dos capitais individuais, é evidente que não se elimina um valor de uso, mesmo que obsoleto. Mas, de um ângulo mais global, a destruição pode ser mobilizada como um recurso (certamente não o único) para que o processo de acumulação atinja novos patamares. Trata-se de uma dinâmica que pretende efetivar um movimento no qual a destruição objetiva colocar a produção em novos patamares diante de uma pressão constante por acumulação, intensificado em um quadro de crise de grandes proporções.

Se o texto de 1930 é escrito em um momento de franca ascensão do fascismo alemão enquanto movimento, o ensaio sobre “A obra de arte...” já se depara com a constituição do fascismo como regime político do Estado capitalista alemão. Isso lhe

⁸ Como fica explícito na seguinte passagem “se a utilização natural das forças produtivas é detida pela ordenação da propriedade, então o aumento dos recursos técnicos, dos ritmos, das fontes de energia, impele para uma utilização não natural. Essa utilização é encontrada na guerra que, com suas destruições, comprova que a sociedade não estava madura o suficiente para fazer da técnica o seu órgão, e que a técnica não estava suficientemente elaborada para dominar as forças sociais elementares. A guerra imperialista é determinada, em seus traços mais cruéis, pela discrepância entre os poderosos meios de produção e a sua utilização insuficiente no processo de produção” (BENJAMIN, 2012 [1936], p. 121; GS VII, p. 383).

permite caracterizá-lo como uma “tentativa de manter as relações de propriedade vigentes por meio da violência aberta” (BENJAMIN, 2012 [1936], p. 34 nota II; GS VII, p. 357 nota II) em um quadro de crise econômica de largas proporções. O fascismo alemão pretende gerir esta crise, liberando forças destrutivas diante de capitais sobreacumulados, ao mesmo tempo em que “procura organizar as massas proletarizadas recém-surgidas sem tocar nas relações de propriedade” (BENJAMIN, 2012 [1936], p. 117; GS VII, p. 382). Benjamin formula no ensaio de 1936 uma crítica da economia política do fascismo com maior grau de determinações, tratando de fenômenos que não são tratados ou o são de forma secundária na resenha de 1930 (como, por exemplo, a particularidade da expressão de massas do fascismo). Ao mesmo tempo, a resenha de 1930 já levanta elementos fundamentais de sua crítica, levando-o inclusive a recuperar passagens no ensaio posterior.

3 – As transformações do Estado

Um dos elementos analisados por Benjamin nesta resenha crítica são as transformações pelas quais passa o Estado nos países de capitalismo central desde o fim da primeira guerra, em uma conjuntura marcada tanto pelo conflito bélico imperialista quanto pela possibilidade de uma revolução socialista. Em seu campo de visão mais imediato estão as disputas em torno do Estado e a existência de uma intrincada dialética entre violência privada e violência estatal que se acirra com a ordem burguesa em crise - uma crise multifacetada, de caráter social, político e econômico.

A crise de 1929, após os anos que a historiografia geralmente trata como de relativa estabilização da república, será mais intensa na Alemanha diante também da crise já vivida nos anos anteriores durante o fim da Primeira Guerra e a grande inflação de 1923. Aos olhos de Benjamin, este quadro de crise resvalaria no próprio Estado, determinando não o seu colapso, mas sua transformação. Desde o fim da guerra, o Estado alemão convive com uma crise de legitimação. Temendo o ascenso revolucionário, o fascismo alemão procura recorrer a um férreo conceito de nação, voltado a incidir sobre o Estado e que realiza-se nele. Ao mesmo tempo, procura negar ao conceito de luta de classes um potencial explicativo de mundo, para submeter as classes a uma percepção de pretensa harmonia subsumindo o trabalho à nação.

O próprio Jünger identifica na primeira guerra mundial uma “guerra de trabalhadores”, diante de uma “era do trabalho” que estrutura através de um “exército do trabalho” a mobilização total (JÜNGER, 2002 [1930], p. 198 e 195). Rejeitando o internacionalismo do marxismo (p. 209), Jünger trata a guerra como sendo de trabalhadores alemães, e, por isso, em sua concepção, movida pelo heroísmo. Por meio daquilo que será explicitado em um livro posterior, que transpõe ao operário a imagem do soldado, o trabalhador deve sucumbir à nação e aos esforços de guerra. No conceito de Jünger de operário, o conflito é substituído pela submissão voluntária e pela disciplina subjetiva do soldado, de forma a garantir a “paz econômica” (BOLLE, 2022, p. 267). Assumindo que o nacionalismo é o vetor central em sua introdução ao livro de 1930 (JÜNGER apud HILLACH, 1979, p. 99), Jünger conclui “A mobilização total” explicitando este aspecto, em tons de chamado à guerra: “o alemão se depara com um poder mais forte: ele se depara consigo mesmo. Assim, essa guerra foi para ele, ao mesmo tempo e sobretudo, o meio de realizar efetivamente a si mesmo. E, portanto, a nova armação, na qual nós estamos compreendidos desde muito tempo, tem de ser uma mobilização total do alemão – e nada além disso” (JÜNGER, 2002 [1930], p. 216).

Para o fascismo, o nacionalismo torna-se um formato específico de vetor social e racial (BOLLE, 1984, p. 97-98) de organização e pretensão de coesão entre alemães, procurando constituir ou projetar vínculos que se realizam no Estado - que se pretende permanentemente preparado para a guerra. A concepção de uma nação coesa e de um “destino germânico” (BENJAMIN, 1986 [1930], p. 133; GS III, p. 243) são elementos mobilizadores para a guerra na era do imperialismo. Procurando desmistificar o conceito de nação ao qual recorrem os autores da coletânea, Benjamin afirma que:

“O que se formou aqui, a princípio sob a máscara do voluntário, na Guerra Mundial, e depois, sob a do mercenário, no pós-guerra, é na verdade o confiável guerreiro fascista na luta de classes; e o que os autores entendem por nação é uma classe dominante apoiada nessa corporação, uma classe que não precisa prestar contas a ninguém e muito menos a si mesma, imperando nas alturas, com os traços de esfinge do produtor, que em breve promete ser o único consumidor de suas mercadorias. Com essa fisionomia de esfinge, a nação dos fascistas constitui-se, ao lado do antigo mistério da natureza, num novo mistério, econômico, o qual, longe de iluminar-se com a luz da técnica, ostenta agora seus traços mais ameaçadores. No paralelograma de forças constituído pela natureza e pela nação, a diagonal é a guerra” (BENJAMIN, 1986, p. 136; GS III, p. 248)

Parte importante das forças que se alinham ao fascismo já em seus anos iniciais são formadas por ex-combatentes e soldados desmobilizados com o fim da guerra. Na

passagem citada anteriormente, Benjamin parece captar o movimento que faz com que se forme o “guerreiro fascista na luta de classes”. O que o autor parece sublinhar é que as políticas de recrutamento voluntário vigentes já durante o início da primeira guerra dão vazão à inserção nas forças armadas de hostes conservadoras ou de setores que, seduzidos pela retórica nacionalista, irão ser submetidos à disciplina militar (fortemente atravessada pelo militarismo prussiano) tornando-os suscetíveis a um deslocamento à direita e à extrema-direita. Isso ajudará a formar subsequentemente a figura do mercenário, e, mais a frente, do agitador/combatente fascista treinado. O fascismo forma-se disputando os sentidos no pós-guerra, procurando prolongar a experiência da guerra indefinidamente, tanto do ponto de vista externo (como reativação ou manutenção das disputas inter-imperialistas vistas como apogeu da nação), como interno (como força nacional contra-revolucionária e garantidora da ordem contra seus inimigos domésticos).

Em partes, Benjamin procura lidar na passagem citada anteriormente com a própria reconstrução histórica do processo de constituição do fascismo alemão. Para conter o proletariado insurgente durante a Revolução Alemã, o governo central de Berlim (na época, com a ala majoritária do Partido Social-Democrata alemão à frente) fez uso recorrente de forças paramilitares e de mercenários dos corpos francos [*Freikorps*]. É no âmbito da própria contra-revolução alemã que se forma o Partido Nazista, para onde se deslocam parte dos corpos francos e que posteriormente seriam nomes expressivos do fascismo alemão instalado no poder⁹. Esta experiência seria decisiva também na constituição das milícias fascistas, que atuariam como forças contra-revolucionárias e de agitação durante a República de Weimar – com mais intensidade a partir de 1929 (ROSENHAFT, 2008, p. 1-27)¹⁰ – e nos anos subsequentes quando o fascismo alemão institui-se como regime político na Alemanha. Embora nos anos finais da República ainda houvesse algum grau de conflito entre as forças estatais durante algumas chancelarias e

⁹ Ao tratar do assassinato de Rosa Luxemburgo em meio à Revolução Alemã, Hannah Arendt caracteriza os corpos francos [*Freikorps*] nos seguintes termos: “Os assassinos eram membros do ultranacionalista e oficialmente ilegal *Freikorps*, uma organização paramilitar de onde as tropas de assalto de Hitler logo recrutariam seus mais promissores matadores” (ARENDR, 2008, p. 43). Ao referir-se ao uso dos corpos francos para a repressão do governo conselhistas da Baviera, Isabel Loureiro utiliza-se dos seguintes termos: “A lista dos membros dos corpos francos que entram na cidade [de Munique] é um verdadeiro ‘quem é quem’ do movimento nazista: Rudolf Hess, que no começo da década de 1930 foi nomeado presidente do comitê central do partido nazista; Ernst Röhm, mais tarde chefe do Estado-Maior das AS; Heinrich Himmler, mais tarde comandante das SS; Hermann Esser, antecessor de Goebbels como chefe da propaganda do partido nazista, só para mencionar os mais conhecidos” (LOUREIRO, 2005, p. 107).

¹⁰ Em seu livro, a autora também procura reconstruir com detalhes os grupos criados para lutar contra as milícias fascistas, de grupos mais próximos à social-democracia e ao Partido do Centro, até anarquistas e comunistas, dando ênfase a estes últimos.

as milícias fascistas, em parte havia também certa tolerância, e essa preparação regular e metódica para o uso militar, paramilitar e privado da violência acentua-se com a soltura de Hitler em 1925. Com a subida ao poder nos anos subsequentes do Partido Nazista, é estabelecida uma imbricada relação entre estas formas de violência.

O que Benjamin sugere, é que os autores da coletânea organizada por Jünger acabam captando a expressão da crise no Estado, levando-os a formular exigências ao mesmo. Estes fenômenos são sintetizados no penúltimo parágrafo do texto, a partir da crítica da coletânea:

“É compreensível que, para os melhores e mais refletidos dentre os ensaios do livro, se coloque a questão do ‘controle da guerra pelo Estado’. Pois o Estado, pela sua própria natureza, desempenha um papel importante, nessa teoria mística da guerra. O papel de controle não deve ser entendido, em momento algum, no sentido pacifista. Pelo contrário, aqui se exige muito mais do Estado: pela sua própria constituição e postura, ele deve adaptar-se às forças mágicas, que precisa mobilizar em tempos de guerra, e mostrar-se digno delas. Caso contrário, não conseguiria usar a guerra para seus fins. O pensamento autônomo dos autores do livro começa com a verificação do fracasso do Estado diante da guerra. As formações surgidas no fim da guerra, híbridas entre corporações religiosas e representações oficiais do poder público, consolidaram-se rapidamente em bandos independentes e desvinculados do Estado, e os magnatas das finanças e da inflação, começando a duvidar do Estado como protetor de seus bens, souberam apreciar a oferta desses bandos, sempre disponíveis, como arroz ou beterrabas, pelo intermédio de organismos privados ou do exército. O livro, com suas frases ideológicas de efeito, se assemelha a um prospecto de propaganda de um novo tipo de mercenários, ou melhor, de *condottieri*. Com toda franqueza declara um de seus autores: ‘O bravo soldado da Guerra dos Trinta Anos se vendia ... de corpo e alma, e isso é muito mais nobre do que vender apenas a sua convicção e seu talento’. Mas, quando o autor prossegue dizendo que o mercenário da pós-guerra alemã não se vendeu, mas se ofereceu de graça, isso pelo visto deve ser entendido no sentido de que o soldo dessas tropas era relativamente alto. Um soldo que deve ter seduzido esses novos guerreiros tanto quanto a necessidade técnica do seu ofício: engenheiros da guerra, a serviço da classe dominante, eles são a contrapartida dos altos funcionários de colarinho branco. Deus sabe que seus gestos de chefe devem ser levados a sério, que suas ameaças nada têm de risível. O piloto de um avião carregado com bombas de gás concentra todos os poderes – os de tirar ao cidadão a luz, o ar e a vida - que em tempos de paz estão repartidos entre milhares de chefes de escritório. Um simples lançador de bombas, na solidão das alturas, sozinho consigo e com Deus, tem uma procuração do seu chefe gravemente enfermo, o Estado, e onde ele coloca sua assinatura, ali não cresce mais nada - esse é o líder ‘imperial’ com o qual sonham esses autores” (BENJAMIN, 1986, p. 136; GS III, p. 248-249).

Benjamin procura salientar o processo pelo qual instaura-se, já ao final da guerra, um conflito em torno do Estado. Diante do temor de uma saída revolucionária da guerra, como a experimentada na Rússia e que fracassa na Alemanha, frações da classe dominante atuaram para produzir determinados deslocamentos que possam dar vazão à preservação violenta da ordem para salvaguardar o Estado capitalista em última instância. Ao longo do processo revolucionário, a social-democracia alemã imaginou que poderia recorrer ao serviço destes bandos armados sem que houvessem consequências posteriores. Com sua estabilização posterior, tornaram-se uma ferramenta de pressão recorrente, mesmo antes da transformação do fascismo em regime político. A crise contribui para produzir certos deslocamentos, mas, ao mesmo tempo, para uma nova rodada de exigências em relação a esse mesmo Estado.

4- Considerações finais

É certo que as análises de Walter Benjamin sobre o fascismo ganharão mais densidade ao longo dos anos 1930, tanto em razão do aprofundamento teórico, como do desenvolvimento conjuntural do fenômeno. Forçado ao exílio em 1933 quando, segundo ele mesmo, na Alemanha “o ar está irrespirável” (BENJAMIN, 1993 [1933], p. 44), é perceptível uma tentativa recorrente de enfrentar o tema, que reaparecerá direta ou indiretamente em seus escritos, ao mesmo tempo em que procura realizar um balanço da história recente alemã e da “passagem de um Estado republicano burguês (a República de Weimar) para uma ditadura fascista (o Terceiro Reich)” (BOLLE, 2022, p. 81).

Ao mesmo tempo, nesta breve resenha são apresentados alguns problemas fundamentais que irão acompanhá-lo ao longo dos anos 1930, dos quais foram destacados dois. O primeiro tratou da dinâmica destrutiva dos processos de modernização capitalista, acirrados em um quadro de crise de largas proporções, fazendo do fascismo um regime que procura incidir na gestão dessa crise e na preservação dos aspectos fundamentais de suas relações de produção e propriedade, tendo na guerra uma de suas formas de expressão. Conforme mencionado anteriormente, o tema é explicitamente recuperado sobretudo no último trecho do ensaio sobre “A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica”, ao mesmo tempo em que o fenômeno é abordado com maior riqueza de sentidos ao captar criticamente o processo de formação de massas do fascismo alemão e europeu.

Já o segundo aspecto destacado tratou da investigação de Benjamin, nesta resenha, sobre as transformações do Estado na história recente alemã, no qual se estabeleceu uma imbricada relação entre violência estatal, paraestatal e privada a partir dos bandos armados que se formam no pós-guerra no âmbito da contrarrevolução alemã, algo que se acirra após 1933 quando o próprio nazismo toma o poder. Possivelmente, é a percepção de algumas destas transformações que estiveram na base da formulação por parte de Benjamin, a partir de 1938, do conceito de Estado Totalitário para tratar das características do fascismo europeu e as metamorfoses do Estado naquele contexto (AUTOR, 2023, p. 263-271).

Morto em 1940 enquanto tentava escapar das tropas fascistas, sua própria trajetória singular pode ser entendida em um quadro mais amplo para refletir sobre os dilemas vividos por exilados e párias na Europa daquele tempo. Para além disso, o autor nos deixa importantes elementos, com seus potenciais e limites, para enfrentar criticamente o fascismo enquanto fenômeno histórico.

Referências Bibliográficas

- ARENDDT, Hannah (2008). *Homens em Tempos Sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras.
- BENJAMIN, Walter (2012). *A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica (2ª Versão)*. Porto Alegre: Zouk.
- _____. (2013). *O capitalismo como religião*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. (1994). *Mágia e Técnica, Arte e Política. Obras Escolhidas Vol. I*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. (2023). *Rua de Mão Única*. São Paulo: Editora 34, 2023.
- _____. (1986). *Documentos de Cultura – Documentos de Barbárie* (Org. Willi Bolle). São Paulo: Cultrix, 1986.
- _____. (GS). *Gesammelte Schriften*. Frankfurt: Suhrkamp, 1972-1989. 7 v.
- _____. (Br). *Briefe Vol. 1 e 2*. Frankfurt. Suhrkamp, 1966.
- _____. & SCHOLEM, Gershom (1993). *Correspondência*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- BOLLE, Willi (2022). *Fisiognomia da Metrópole Moderna*. São Paulo: EdUSP.
- _____. (1984). *Tableaux Berlinoises (Walter Benjamin e a cultura da República de Weimar)*. Tese de livre-docência apresentada ao Departamento de Letras da FFLCH/USP. São Paulo: USP.
- BRODERSEN, Momme (1997). *Walter Benjamin: A biography*. London: Verso.
- ELIAS, Norbert (2007). *Os alemães*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie (1994). “Walter Benjamin ou a história aberta”. In: BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas Vol. I - Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense.
- GAY, Peter (1978). *A cultura de Weimar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- HILLACH, Ansgar. "The aesthetics of Politics: Walter Benjamin's 'Theory of German Fascism'". *New German Critique*, n. 17, Spring 1979, p. 99-119.
- INSELMANN, Claus. "Die Gesellschaft: ein Rückblick auf eine Zeitschrift der Weimarer Zeit". *Neue Gesellschaft*, 11 (1964), s. 321-334.
- JÜNGER, Ernst (2024). *Tempestades de Aço*. São Paulo: Carambaia, 2024.
- _____. (1960). *Werke – Band 5 (Essays I – Betrachtungen zur Zeit)*. Stuttgart: Ernst Klett Verlag.
- _____. (2015). *Sämtliche Werke – Band 9*. Stuttgart: Klett-Cotta.
- _____. (2014). *La battaglia come esperienza interiore*. Bologna: Piano B edizione.
- _____. "A mobilização total" In: *Natureza Humana*, 4(1), jan-jun 2002, p. 189-216.
- KOLB, Eberhard (2004). *The Weimar Republic*. London: Routledge.
- LOUREIRO, Isabel (2005). *A Revolução Alemã (1918-1923)*. São Paulo: UNESP.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. "Manifesto do Partido Comunista". In: *Revista Estudos Avançados*, Vol. 12, n.34, 1998, p. 7-46.
- _____. (2007). *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- ROSENHAFT, Eve (2008). *Beating the Fascists? The German Communists and Political Violence (1929-1933)*. Cambridge: Cambridge University Press.
- VIEIRA, Rafael. "Sobre o Estado na obra de Walter Benjamin: Percursos de uma questão". In: *Estado, Direito e Marxismo* (Org. Gustavo Gomes e Renata Schittino). São Paulo: Usina, 2023, p. 240-275.
- _____. "Modernidade e Barbárie: As análises de Walter Benjamin sobre o fascismo alemão". *Anais do Colóquio Marx e o Marxismo 2017: De 'O Capital' à Revolução de Outubro (1867-1917)*. Niterói, 2017.
- WITTE, Bernd (2017). *Walter Benjamin: Uma biografia*. Belo Horizonte: Autêntica.